

VOZES NEGRAS NA ANTROPOLOGIA

Breve história de um projeto antirracista



Black voices in Anthropology:
A brief history of an antiracist project

Messias Basques
Harvard University

Afro-Latin American Research Institute | Cambridge, United States of America
messias.basques@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-8644-2667

Resumo

O artigo apresenta a breve história de um curso de introdução à vida e à obra de pessoas negras pioneiras na antropologia, que ainda hoje são pouco conhecidas e até mesmo ignoradas pela maioria dos cientistas sociais no Brasil e no exterior. A partir de diferentes estilos, métodos e teorias, cada um desses intelectuais desenvolveu perspectivas antirracistas acerca de temas fundamentais às ciências humanas e ao estudo da questão racial no continente africano e nos países da diáspora. A primeira edição do curso ocorreu no início de 2019, na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus de Vitória, em apoio a uma demanda do coletivo de estudantes negros do curso de Ciências Sociais. Desde então, foram promovidas outras edições em parceria com universidades públicas, na modalidade de cursos de extensão gratuitos, bem como de forma remota através canal Vozes Negras no YouTube. No 33º encontro da Associação Brasileira de Antropologia, em 2022, o projeto recebeu os prêmios de “Melhor trabalho de ensino de antropologia no Brasil” e o “1º Prêmio de Divulgação Científica”, na categoria de melhor site. O artigo é uma versão adaptada do texto submetido aos respectivos prêmios.

Palavras-chave

antropólogos/as negros e negras; história da antropologia; racismo e antirracismo; ação afirmativa.

Abstract

The article presents a brief history of an introductory course on the lives and work of pioneering Black anthropologists who are still unknown and even ignored by most social scientists in Brazil and abroad. Each of these intellectuals has developed antiracist perspectives on foundational topics in the Humanities from different styles, methods, and theories. The first edition took place in early 2019 at the Federal University of Espírito Santo (UFES). It was initially designed to support a demand presented by the Collective of Black Undergraduate Social Sciences Students. Since then, mainly as a guest lecturer, I have promoted new editions in partnership with public universities, offering the syllabus as an extension course. In addition to the teaching project, Black Voices is also available as a bilingual website (in Portuguese and English) and a social media channel where all its content can be freely accessed. In 2022, at its 33rd Annual Meeting, the Brazilian Anthropological Association awarded the initiative the Best Anthropology Teaching Project in Brazil. It also received the Award for Science Communication in Anthropology. This article is an adapted version of the proposal submitted to both prizes.

Keywords

black anthropologists; history of anthropology; racism and antiracism; affirmative action.



Introdução: as ações afirmativas e a agenda antirracista

Nos últimos anos, as salas de aula das universidades brasileiras têm se tornado cada vez mais diversas. A mudança dos perfis étnico-racial e socioeconômico dos estudantes está diretamente relacionada à implementação de ações afirmativas, sobretudo a partir da Lei nº 12.771 de 2012. Mais conhecida como a Lei das Cotas, a legislação representa uma conquista histórica dos movimentos negro e indígena. Para que se tenha ideia da magnitude da mudança, vale destacar que, entre 2009 e 2015, registrou-se um aumento de 25% no número de pessoas autodeclaradas negras matriculadas em cursos universitários.¹ O Censo da Educação Superior também revela uma transformação sem precedentes em relação ao número de estudantes que se autodeclararam indígenas. Na última década, o total de matriculados saltou de 7.256 para quase 60.000 estudantes.²

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que criou as bases para o processo de redemocratização, grupos sociais minoritários e/ou historicamente excluídos passaram a demandar a criação de políticas públicas específicas. Nesse sentido, as Leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008, anteriores à Lei das Cotas, promoveram um avanço fundamental ao determinar a reestruturação das diretrizes e bases da educação. Ambas tornaram obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como o estudo das suas respectivas contribuições à formação da sociedade nacional.

Após séculos de violência, genocídio, silenciamento e de políticas de uniformização de saberes, idiomas e modos de vida,³ vislumbrou-se a possibilidade de dar voz à diversidade racial,

¹ IPEA, 2020.

² Censo da Educação Superior, 2020. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>

³ Refiro-me, por exemplo, às políticas implementadas por órgãos como o Serviço de Proteção aos Índios, que desde o início da república visou a assimilação e a integração de povos indígenas à sociedade nacional por meio da imposição de uma educação técnica, monocultural e monolíngue, e da exploração da mão de obra indígena.

sociolinguística e cultural presente no país. A chegada de um número cada vez maior de pessoas negras e indígenas ao ensino superior impulsionou uma série de iniciativas nesse sentido, dando origem a pesquisas e publicações protagonizadas por sujeitos que antes se viam reduzidos à condição de objetos científicos.

No entanto, todas essas mudanças também revelaram um inegável desencontro de demandas e expectativas entre a nova geração de estudantes e os guardiões da tradição acadêmica. Isto é, professores e pesquisadores majoritariamente brancos, educados em conformidade com os conceitos, métodos e teorias que servem de base para os currículos universitários, cujos autores-chave (considerados clássicos) são, sobretudo, homens brancos de origem euro-americana. Além disso, a transformação do perfil discente não tem sido devidamente acompanhada por uma política consistente de diversificação do corpo docente. Haja visto, por exemplo, que em instituições como a Universidade de São Paulo apenas 2,3% dos professores se autodeclararam negros ou indígenas.⁴

Esse é o contexto em que surgiram o *Coletivo Negrada*⁵ e o *Coletivo de Estudantes Negras e Negros das Ciências Sociais* na Universidade Federal do Espírito Santo. Ambos são compostos, significativamente, de estudantes cotistas, oriundos de comunidades periféricas e egressos de escolas públicas. A agenda desses coletivos é orientada pela luta contra o racismo, a criminalização e o genocídio de negros e indígenas, ao mesmo tempo em que se dedicam à promoção de ações antirracistas. Na página na internet do *Coletivo Negrada*, a origem do movimento é resumida nas seguintes palavras:

O Negrada surgiu [em junho de 2012] da demanda pela implementação da Lei 10.639 de 2003, além da forte pressão do debate pela aprovação da Lei de Cotas raciais na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mas vários foram os fatores de violências [que] os estudantes negros e negras sofreram na escola e sofrem ainda na universidade, onde

⁴ Professores negros da USP propõem reserva de vagas para PPIs.

Disponível em

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/12/professores-negros-da-usp-propoem-reserva-de-vagas-para-ppis/>

⁵ A página do *Coletivo Negrada* pode ser acessada através do link:

<https://coletivonegrada.wordpress.com/>

esse processo permanece devido à luta pela mudança do status quo nos cursos de graduação.⁶

No mês de outubro de 2017, os membros do *Coletivo de Estudantes Negras e Negros das Ciências Sociais* da UFES decidiram dar início a uma agenda antirracista em seu curso de graduação. Insatisfeitos com a falta de políticas de assistência estudantil e de empenho institucional para a adequação do currículo à legislação acima mencionada, os estudantes encaminharam uma carta ao Departamento de Ciências Sociais exigindo que os docentes passassem a incluir, em todas as ementas e cursos, ao menos dois autores negros. Não se tratava de uma mera solicitação, pois como disseram os estudantes:

O tom dessa carta é de exigência, e não de pedido, pois entendemos que, historicamente, o conhecimento produzido na área de Ciências Sociais contribuiu profundamente para a permanência e o fortalecimento de ideologias racistas no Brasil (Vide as teorias de branqueamento social e democracia racial). [...] não podemos continuar lendo e discutindo uma bibliografia estritamente branca e masculina depois de mais de 100 anos de abolição. A universidade mudou e precisamos estar atentos para os outros corpos e intelectualidades que a ocupam. [...] Sabemos que alguns professores fazem essa inclusão, mas isso ocorre de modo isolado e nosso intuito é que essa prática torne-se uma política do curso de Ciências Sociais. Afirmamos ainda que não desejamos ler apenas autores negros que debatem questões relacionadas às relações étnicorraciais porque, ao contrário do que a branquitude pensa, nosso povo tem uma produção extensa, que abrange diversas áreas e temáticas. Nos propomos a auxiliar os docentes no sentido de encaminhar *drives* com textos e materiais de apoio, para que vocês não justifiquem a não-escuta de nossa reivindicação afirmando que não têm conhecimento da produção intelectual negra. Desejamos também outros mundos não-racistas possíveis, que infelizmente não cabem nessa carta.

⁶ “Os cinco anos de luta antirracista do Coletivo Negra”, 18 de junho de 2017. Disponível em <https://coletivonegrada.wordpress.com/2017/06/18/os-05-anos-de-luta-antirracista-do-coletivo-negrada-um-pouquinho-de-nossa-historia/>

Ana Beatriz Moreto, Ana Luiza Ozanan, Gabriela Ramos, Igor Torquato, João Victor Santos, Lucas Inácio, Tamyres Batista Costa, Vanessa Carvalho, e Washington Galvão.⁷

Bastidores e desafios da construção coletiva de um curso antirracista

No ano de 2018, após ser contratado como professor substituto na UFES, tive a oportunidade de conhecer os estudantes do coletivo e me senti imediatamente tocado pela demanda que apresentaram na carta. No entanto, o primeiro contato se deu em torno de uma conversa a respeito de outro assunto, iniciada por uma pergunta aparentemente simples e direta: - “Você é negro?”. Aquela foi a primeira vez em toda a minha vida que alguém me convidava a refletir sobre a minha identidade racial com um sorriso no rosto, no qual se misturavam uma certa dose de curiosidade e um afeto espontâneo. Como o sorriso que nos escapa no instante em que avistamos, de maneira inesperada, um rosto familiar no meio de uma multidão anônima.

Acredito que é importante relembrar a cena, sobretudo porque nós, pessoas negras, geralmente nos deparamos com a nossa negritude através de encontros violentos com o racismo, em episódios que atualizam e nos fazem sentir o seu peso em nossa vida cotidiana. Uma pergunta afetuosa como aquela, dirigida a uma pessoa negra de pele clara como eu, soou como um chamado que também carregava consigo uma responsabilidade. O pensamento que me ocorreu logo em seguida, como uma voz que ecoava na minha mente, girava em torno justamente disso: *mas o que eu faço ou tenho feito com a minha negritude?* Ao responder que “Sim, sou negro”, rapidamente me dei conta de que eu havia passado os últimos quinze anos, desde o ingresso na graduação em Ciências Sociais na USP, em 2003, sem nunca ter refletido ou me engajado diretamente em qualquer demanda ou atividade do movimento negro.

É certo que o colorismo cumpre uma função importante nesse alheamento, fruto de uma consciência racial mal elaborada na minha própria constituição como pessoa negra, nascida e criada em uma família pobre, periférica e interracial, filho de um homem branco e de uma mulher negra. Raça e racismo nunca

⁷ “Carta dos Estudantes negros de Ciências Sociais ao departamento de Ciências Sociais (DCSO/UFES)”, 26 de outubro de 2017. Disponível em <https://www.vozesnegras.com/cartaantirracista>

foram temas sobre os quais conversávamos na minha casa, embora o mandamento materno de fazer tudo sempre “duas vezes melhor” certamente revelasse uma preocupação justificada com o destino habitual das pessoas negras na nossa família: pobreza, dependência química, violência policial, sonhos que sequer eram sonhados, morte prematura.

Em suma, tantos anos depois, o corpo docente que eu encontrei na UFES era tão branco quanto aquele que havia me educado. As notáveis exceções apenas comprovavam a regra, como a atuação brilhante e solitária de intelectuais negros como o professor Kabengele Munanga, ainda nos primeiros anos da minha formação acadêmica.

Após aquela primeira conversa, os estudantes me contaram que a iniciativa da carta não havia prosperado, ao menos não do modo que pretendiam, uma vez que poucos professores haviam se mostrado sensíveis à solicitação de inclusão de autores negros em seus cursos. Menor ainda era o número daqueles que se dispuseram a incluir obras de autores negros nos cursos introdutórios, os quais, por serem de caráter obrigatório, cumprem a função de oferecer o letramento básico aos recém-chegados à universidade. E aqui reside um problema central dessa discussão, pois é nesses cursos que se forma o que costumo chamar de horizonte da curiosidade antropológica, já que na sequência acabamos selecionando as disciplinas quase sempre em função de sua relação com os temas que despertaram o nosso interesse durante os primeiros anos da graduação.

Ao tomar conhecimento da situação, compreendi que deveria contribuir de alguma maneira. Porém, ao mesmo tempo, uma iniciativa liderada por estudantes tão jovens me deixava desconcertado: como eu jamais havia me questionado sobre a ausência de autores negros na maioria absoluta dos cursos que frequentei durante tantos anos? Em resposta à sensação de que eu também havia sido (de)formado por uma trajetória acadêmica embranquecida, entendi que não seria suficiente apoiar a demanda pela inclusão de dois autores negros nos meus próprios cursos. Afinal, nós, pessoas negras, merecemos ter acesso ao amplo conjunto de intelectuais negros e negros que contribuíram para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, no continente africano e nos países da diáspora.

Por isso, propus aos estudantes do coletivo que o nosso desafio seria o de construir uma ementa capaz de traçar outra linha do tempo e outra história das Ciências Sociais; em especial,

da Antropologia, por se tratar da minha área de atuação como pesquisador e professor universitário. O curso seria centrado exclusivamente em autores negros, e foi assim que começamos a somar esforços, referências, pistas e nomes. Parafraseando o célebre manifesto de W.E.B. Du Bois (1926) sobre o teatro negro, tratava-se de criar uma ementa capaz de falar de nós, por nós, para nós e de uma forma acessível aos nossos. Isto é, inclusive traduzindo textos indisponíveis em português.

De maneira bastante amadora, já que eu não era um especialista no tema, passei a procurar em diferentes portais e bases de dados as seguintes entradas: “antropólogo negro”, “antropóloga negra”, “etnólogo negro”, “etnóloga negra”, “folclorista negro”, “folclorista negra”. Em seguida, fiz a mesma pesquisa em outros idiomas, principalmente em espanhol, inglês e francês. Os estudantes também compartilharam comigo as suas sugestões, descobertas e dúvidas. Perguntavam-me, por exemplo, a respeito da identidade racial de pessoas cujo fenótipo poderia ser lido como negro, mas cuja origem revelava o pertencimento a uma determinada etnia, como no caso do antropólogo Stanley Tambiah (1929-2014), nascido em uma família tâmil do atual Sri Lanka.

Pouco a pouco, a ementa ganhou corpo e uma linha do tempo. Surgiram os nomes de Joseph-Antenór Firmin (Haiti, 1850-1911), Martin Delany (EUA, 1812-1885), Manuel Querino (Brasil, 1851-1923), Zora Neale Hurston (EUA, 1891-1960), Katherine Dunham (EUA, 1909-2006), Jean-Price Mars (Haiti, 1876-1969), Édison Carneiro (Brasil, 1912-1972), Lélia González (Brasil, 1935-1994), Jomo Kenyatta (Quênia, 1894-1978), Archie Mafeje (África do Sul, 1936-2007), entre tantos outros. É importante sublinhar que o nome de Zora Neale Hurston foi descoberto por iniciativa dos estudantes, após encontrarem uma alusão à escritora e antropóloga afro-americana no livro de Alex Ratts (2006) dedicado à trajetória de Beatriz do Nascimento. Eles e elas haviam inclusive dado início a um esforço voluntário de tradução de capítulos de um dos livros de Zora, com o intuito de incluí-los na bibliografia de uma disciplina de graduação na qual estavam matriculados.

De minha parte, restava encontrar no ementário das Ciências Sociais da UFES uma disciplina que pudesse servir de âncora para o curso, cujo escopo dialogasse com a temática que propúnhamos e que não tivesse sido oferecida nos últimos anos. O cuidado se justificava pela preocupação de que ninguém fosse prejudicado por não poder se matricular em um curso inédito,

mas cujos código e título originais, tomados de empréstimo, correspondessem a uma disciplina já oferecida pelo departamento e que fora cursada por estudantes “veteranos” nos anos anteriores. Foi esse o critério empregado para reaproveitar o código da disciplina *CSO 4706 - Identidades e diferenças: raça, gênero e classe*, com o intuito de tornar viável a inserção e o oferecimento da nova ementa através do sistema da universidade.

O nosso curso foi batizado de “Branco sai, Preto fica: uma introdução à antropologia de autores negros e negras”.⁸ *Branco sai, preto fica* (2015) é um filme premiado em festivais no Brasil e no exterior, com roteiro e direção de Adirley Queirós. O título se refere à fala de um policial, em uma cena que retrata a invasão de um grupo de militares em um baile de *black music*, em 1986. Na ocasião, os brancos deixam o baile, enquanto os pretos ficam e são submetidos a agressões. Com a ação da polícia, tiros são disparados e dois dançarinos pretos acabam feridos. Segundo os críticos, o mérito do filme está na articulação bem-sucedida de elementos dos gêneros documental, musical e da ficção científica, numa trama que revela o apartheid entre a cidade satélite de Ceilândia e o plano piloto de Brasília.

A disciplina partiu da inspiração cinematográfica para apresentar uma introdução à antropologia de autores negros e negras, cujas obras, estilos e temas têm sido sistematicamente silenciados na história da disciplina. Um silenciamento explícito e reiterado, que pode ser percebido, por exemplo, na ausência desses autores nas ementas das disciplinas dos cursos universitários e no número ínfimo de traduções e de títulos publicados em português das obras de antropólogos negros e negras.

“Preto fica” se referia, em suma, a uma releitura da história da Antropologia, baseando-se para tanto nas obras de autores negros e negras e em seus diferentes estilos, abordagens e temas. Tal como no filme de Adirley Queirós, não se tratava de apresentar uma narrativa linear e muito menos exaustiva, mas sobretudo de ler e analisar as trajetórias e as obras de autores que, em suas pesquisas e diferentes estilos de escrita, transitaram entre movimentos sociais, a ficção, a etnografia e a teoria antropológica. O programa também pretendia abordar os seguintes temas: a

⁸ A ementa e os respectivos textos podem ser acessados através do link: https://www.academia.edu/38229265/Ementa_da_disciplina_Branco_sai_Preto_fica

construção da raça enquanto categoria ficcional entre os séculos XVIII e XIX; o racismo e o surgimento de antropologias antirracistas; as comunidades negras e as diversas formas de ativismo; os usos contemporâneos dos conceitos de classe, raça, gênero, etnicidade e negritude; o pensamento decolonial e as críticas pan-africanistas; alteridade e identidade na diáspora; as políticas de ação afirmativa e o combate ao racismo institucional.

Vale a pena registrar que a Comissão de Ensino do Departamento de Ciências Sociais da UFES, à época presidida por um docente branco, com um conhecido histórico de atitudes racistas e uma conduta profissional questionável, não aprovou a proposta de oferecimento da disciplina, conforme sugerida por mim e pelo coletivo. Sob o argumento supostamente legalista de que a bibliografia (básica e complementar) não continha o número mínimo necessário de obras disponíveis no acervo da biblioteca da universidade, o docente advertiu que não poderia aprovar a solicitação, embora ela fosse “muito interessante”. Recebi o parecer com surpresa, pois eu jamais havia tomado conhecimento de uma situação semelhante, principalmente em um país onde a maior parte dos estudantes universitários frequenta disciplinas nas quais a ausência de exemplares de obras nos acervos das bibliotecas é rotineiramente contornada pela disponibilização de cópias impressas ou de versões digitais.

Além disso, quantas vezes, caros leitores, vocês já presenciaram exatamente o mesmo expediente em suas próprias instituições? Quantas vezes já vimos um docente utilizar o código de uma ementa para o oferecimento de outra, como alternativa aos impedimentos orçamentários, regimentais ou burocráticos que dificultam e desestimulam a reformulação curricular e a criação de novas disciplinas?

No final das contas, a ementa que foi inserida no sistema não foi a que criamos de maneira colaborativa, mas sim a versão original daquela que eu havia tomado de empréstimo. Caberia a mim a tarefa de transgredir, durante as aulas, a restrição que nos foi imposta pela letra fria do regimento e das diretrizes do Ministério da Educação. Um artifício que dissimulava uma mistura de má vontade com o racismo de uma parcela dos colegas de departamento, sob o argumento conveniente da mais pura legalidade republicana. Mas, eis a questão: a ausência de autores negros no acervo das bibliotecas deve impedir a criação de cursos e a discussão de suas obras em sala de aula?

A chefia do departamento não ficou atrás e fez o que pôde para prejudicar o oferecimento da disciplina. Após terem sido feitas as adaptações requeridas pela Comissão de Ensino, a ementa foi finalmente divulgada aos estudantes interessados em cursar as disciplinas do “semestre extraordinário de 2018-3”, também conhecidas como cursos de verão ou de férias, uma vez que ocorrem nos meses de janeiro e fevereiro, durante o recesso das atividades acadêmicas. Porém, ainda que quarenta e uma pessoas tenham demonstrado interesse e efetivado as suas matrículas, a chefia do departamento simplesmente “esqueceu” de atribuir uma sala para o oferecimento da disciplina.

Por isso, antes de cada um dos quinze dias do curso, realizado de maneira ininterrupta entre 14 de janeiro e 1º de fevereiro de 2019, os estudantes e eu precisávamos sair sem rumo pelo campus, peregrinando em busca de uma sala de aula que porventura estivesse aberta e disponível. Foi assim que concluímos o curso, cumprindo a carga horária e os créditos necessários para que fosse considerado equivalente a uma disciplina oferecida ao longo de um semestre regular. É digno de nota que a turma era composta em sua maioria por pessoas negras das Ciências Sociais, mas também contava com a presença de pessoas brancas e de outras faculdades das ciências humanas, além de integrantes de movimentos sociais e sem vínculo formal com a universidade.

Vozes negras na Antropologia

Por que os cursos de Ciências Sociais raramente se baseiam na leitura de autores negros? Alguns dizem que os clássicos são incontornáveis. Com a outra face da mesma moeda, outros afirmam que pessoas negras não estiveram na aurora da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia. Não surpreende, portanto, que uma parte fundamental da memória e da história das Ciências Sociais seja alvo de um processo de branqueamento. A isto se soma o que Mariza Corrêa (1995:112) chamou de “notoriedade retrospectiva”: “o modo como o renome adquirido a partir de um certo momento pode iluminar a vida inteira de um personagem”; evanescendo as vidas de outros tantos.

Foi por essas razões que decidimos começar o curso pelo texto *Quem pode falar?*, de Grada Kilomba (2008/2019). A autora propõe uma crítica contundente dos pares conceituais que fundamentam a oposição entre a ciência (como discurso

pretensamente objetivo, neutro e autorizado a analisar e explicar a realidade) e os “discursos marginais” (que, via de regra, são desprezados por sua suposta subjetividade e parcialidade). A leitura de Kilomba nos restitui o direito de falar a partir dessas “posições marginais” que evocam dor, decepção, raiva, silenciamento, violência e luta. Como lembra a autora, a acusação que costuma ser dirigida a quem se propõe a falar a partir desses lugares é a de que os nossos discursos não passam de histórias íntimas, particulares e, portanto, sem nenhuma relevância ou interesse científico.

Kilomba aponta para o fato de que as nossas histórias e discursos estão repletas de relatos cotidianos de racismo. Por isso mesmo, essas “experiências revelam a inadequação do academicismo dominante em relacionar-se não apenas com sujeitos marginalizados, mas também com nossas experiências, discursos e teorizações” (Kilomba 2019:59). Na primeira aula do curso, partimos do convite feito pela autora para que pensemos em uma epistemologia capaz de incluir o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, ao mesmo tempo em que nos engajamos na produção de conhecimento como modalidade emancipatória alternativa.

Nas aulas seguintes, a primeira parte foi reservada à reconstituição da biografia da pessoa negra em questão e de sua trajetória profissional na Antropologia, enquanto na segunda debatíamos o conjunto da obra e analisávamos um texto-chave de cada autor. O olhar atento às relações entre a vida e a obra das pessoas negras estudadas no curso permitiu compreender o contexto de suas vidas, assim como as alternativas políticas e científicas que encontraram ao refletir acerca de si mesmas e de suas origens, ao mesmo tempo em que refletiam sobre o impacto do racismo em suas vidas e os diferentes meios para enfrentá-lo.

Foi justamente isso o que aprendemos com o antropólogo haitiano Joseph-Anténor Firmin (1850-1911), que publicou no ano de 1885, em Paris, o *Discurso sobre a igualdade das raças: antropologia positiva*, no qual promoveu uma crítica às teorias racistas do século XIX e, principalmente, à obra de Arthur de Gobineau (1816-1882). Firmin denunciou as bases morais dos conceitos pseudocientíficos do filósofo francês e da antropologia da época. Como demonstra Fluehr-Lobban (2000, 2005), o objetivo do intelectual haitiano era denunciar o relativismo moral, intelectual e científico da Europa. Primeiro, através de uma refutação sistemática da etnografia da escravidão e do racismo

pós-escravidão. Depois, por meio de uma ampla e minuciosa demonstração das contribuições negras ao longo dos tempos.

Embora o *Discurso* de Firmin seja anterior aos primeiros escritos de Émile Durkheim (1858-1917) e Marcel Mauss (1872-1950), o seu nome não é lembrado nos cursos dedicados às origens da antropologia e da sociologia em língua francesa. O silêncio em torno de Firmin também nos impede de saber que o seu exemplo foi crucial na trajetória de Jean Price-Mars (1876-1969), que mais tarde seria anfitrião, amigo e interlocutor de Melville Herskovits (1895-1963), um dos mais destacados alunos de Franz Boas (1858-1942). A importância dessas relações não se resume aos bastidores do advento da antropologia afro-americana e do Caribe, pois são os elos inexplorados de uma rede que revela a composição de campos de pesquisas, assim como a contribuição e o protagonismo de pessoas negras desde o início do processo de institucionalização das Ciências Sociais (Basques 2019; Price & Price 2003).

Assim como Firmin, o afro-americano Martin Delany (1812-1885) é indiscutivelmente um dos pioneiros da antropologia nos Estados Unidos da América. Pode-se dizer que Delany desenvolveu uma versão original da etnologia, como ciência das raças no século XIX. Para ser mais preciso, uma contra-etnologia, uma vez que no lugar do racismo entrava em cena o elogio à história do Egito e à sua influência no mundo antigo. Delany também foi precursor da etnografia no estrangeiro ao documentar a sua viagem pelo vale do rio Níger, em uma expedição que tinha o objetivo de identificar uma área apropriada para pessoas negras que planejavam retornar ao continente africano.

Quando tratamos da aurora da antropologia no Brasil, vimos que um dos personagens-chave nesse processo também foi um homem negro. Embora seja geralmente reduzido ao papel de folclorista leigo, curioso ou sem método, principalmente por autores brancos que a ele se referem dessa maneira, Manuel Querino (1851-1923) prestou uma contribuição decisiva tanto à crítica dos teóricos do racismo científico quanto ao promover um levantamento inédito das obras e das contribuições de pessoas negras à cultura brasileira.

De volta aos Estados Unidos, descobrimos que a antropóloga Zora Neale Hurston (1861-1960) estava no lugar e na hora certas para que o seu nome fosse lembrado como uma das precursoras da antropologia estadunidense, ainda que tenha

ocorrido justamente o contrário – ao menos no que se refere à sua ausência nos cursos de introdução à antropologia nos dias de hoje. Em *Barracoon* (1931), *Mules and Men* (1935) e *Tell my Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica* (1938), obras escritas durante o período de formação em antropologia e baseadas em pesquisas em comunidades negras nos Estados Unidos e nas ilhas do Caribe, Zora seguiu a orientação que Franz Boas transmitia aos alunos: cada cultura deve ser compreendida em seus próprios termos. Mas foi além, ao desenvolver uma forma de escrita que, ainda na década de 1930, apresentava uma solução original às críticas que os pós-modernistas enunciariam somente cinquenta anos mais tarde (Basques 2020).

Em suas obras, os grandes divisores cedem lugar a um processo de correspondência, de polifonia e autoconhecimento para além da convencional (o)posição Nós x Outros. Consagrada como uma das principais expoentes da literatura norte-americana no século XX, Zora Hurston continua desconhecida pela maioria dos estudantes e pesquisadores de Ciências Sociais brasileiros.

A última pesquisa de campo de Zora foi realizada em Honduras, entre 1947 e 1948. Em 1951, após a rejeição de seus manuscritos por editores que os julgavam inapropriados e de pouco interesse ao mercado literário, mudou-se para Belle Glade, na Flórida, onde foi jornalista correspondente e professora substituta. Em 1959, Zora Hurston sofreu um infarto. Em 1960, faleceu e foi sepultada como indigente, em uma cova comum e sem identificação. Alice Walker, uma das principais responsáveis pela redescoberta de Zora Hurston e pela republicação de suas obras nos Estados Unidos, foi quem localizou, em 1973, o cemitério e os restos mortais, instalando no local um memorial e uma lápide, onde se pode ler: Zora Neale Hurston – um gênio do Sul – Novelista, folclorista e antropóloga.

Outra mulher afro-americana, contemporânea de Zora, deixou um legado inestimável às Ciências Sociais e à cultura negra na diáspora. Durante a sua trajetória como etnógrafa e bailarina, Katherine Dunham (1909-2006) perseguiu um desafio: como tornar visíveis e presentes os rituais baseados no movimento, na dança, na possessão e na supressão das dimensões espaço-temporais?

Desde muito cedo, em sua formação acadêmica e artística, Dunham percebeu que o texto não é capaz de capturar e

transmitir o universo da dança em toda a sua complexidade e riqueza (Aschenbrenner 2002; Banks 2012). Por isso, ao documentar em registros audiovisuais as pesquisas sobre danças e rituais de possessão em comunidades negras nos Estados Unidos e no Caribe, Dunham também se tornou pioneira na arte do registro fotográfico e fílmico como métodos de pesquisa etnográfica (Dee Das 2017). Quis o destino que ela e a sua companhia, durante uma turnê pelo Brasil, acabassem vítimas de racismo, quando tiveram a entrada negada em um hotel de cinco estrelas na cidade de São Paulo. O episódio foi um dos elementos desencadeadores da primeira lei de combate ao racismo no país.⁹ Além disso, suscitou um debate fundamental acerca da ideia de “democracia racial”, que havia se tornado amplamente difundida em virtude do sucesso de *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre (1900-1987). Assim como Zora Neale Hurston, o eloquente intérprete do Brasil também foi aluno de Franz Boas.

Um detalhe biográfico une vários antropólogos negros e negras estudados no curso, mas é preciso dizer que não se trata de um detalhe qualquer e muito menos irrelevante. Hurston, Dunham e o brasileiro Édison de Souza Carneiro (1912-1972) não apenas pesquisaram rituais e religiões de matriz africana. Foram iniciados nesses cultos e, partir dessa posição, tiveram acesso a conhecimentos e experiências que os transformaram como pesquisadores e pessoas negras. Nas palavras de Dunham (1979:5), ao se tornar iniciada e acolhida como parte de uma família extensa na diáspora, ela deixou de ser apenas – ou principalmente – uma pesquisadora estrangeira ou espectadora:

[...] é inconcebível para mim que qualquer forma de arte negra, especialmente o teatro não-verbal, seja experimentada sem referência à sua fonte. E essa referência não é apenas a dos livros, nem a de um turista muito familiarizado e tampouco o ponto de vista do pesquisador. Uma vida entre as pessoas é essencial. Como povo, somos ricos, complexos por trás de uma fachada simplista enganadora, holística, de modo que nenhum traço possa ser separado do complexo ao qual pertence. [...]. Minha vida pessoal e teatral teria sido muito diferente sem a minha íntima associação com a cultura da grande diáspora africana. (Dunham 1979:5-6)

⁹ Para saber mais sobre o caso, acesse: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/brasil-criou-llei-antirracismo-apos-hotel-em-sp-negar-hospedagem-a-dancarina-negra-americana>

Édison Carneiro também ocupou uma posição de mediação entre a academia e as comunidades negras de seu tempo. Enquanto Zora Hurston fez da literatura o veículo primordial dos seus registros e reflexões etnográficas, Dunham levou aos palcos os rituais e movimentos que a sua antropologia da dança permitiu conhecer e traduzir. Édison, por sua vez, promoveu diálogos entre as culturas negras afro-brasileiras e o universo do samba. Viajou e fez pesquisas em países africanos e na floresta amazônica. Foi precursor dos estudos sobre o candomblé e a história dos quilombos (Carneiro 1948, 1958; Rossi 2015).

A trajetória e o legado de Lélia Gonzalez (1935-1994) revelam uma intelectual adiante do seu tempo. Ao analisar o lugar da mulher negra na cultura brasileira, Lélia aproximou a antropologia da psicanálise e dos estudos da linguagem. Foi fundadora do Movimento Negro Unificado, em 1978, e da Arte Negra & Escola de Samba Quilombo. A partir de sua obra, revisitou e produziu uma crítica original das obras e autores considerados clássicos no tratamento da questão racial. Desmontou estereótipos e denunciou a objetificação e o silenciamento dos sujeitos negros nas obras de autores brancos (Gonzalez 1984). Restituiu às mulheres negras o protagonismo na fundação da cultura e da linguagem brasileiras, assim como foi pioneira ao delinear os contornos do que hoje se denomina interseccionalidade. Refletiu sobre o nascimento de um feminismo afro-latino-americano, ou amefricano, por meio do qual mulheres negras e indígenas articulavam lutas transversais por emancipação e representatividade ainda nos idos da década de 1980 (Gonzalez 2011).

Mais adiante no curso, partimos novamente para o continente africano, onde conhecemos Archie Mafeje (1936-2007). Oriundo de uma comunidade *amaMpondomise*, falantes de *xhosa* na África do Sul. Ainda na escola secundária, foi aluno de Nathaniel Honono, que se tornaria um dos principais líderes do movimento antiapartheid e da Convenção Pan-Africana, que tempos depois veria um dos seus membros, Nelson Mandela, tornar-se presidente do país. Mafeje estudou na Universidade da Cidade do Cabo e, durante o mestrado, foi assistente de pesquisa da antropóloga Monica Wilson (1908-1982), que havia sido aluna de Bronisław Malinowski (1884-1942).

Enquanto cursava o doutorado em antropologia em Cambridge, na Inglaterra, Mafeje se candidatou a uma vaga de professor na universidade em que se graduou, mas foi impedido de tomar posse em virtude das leis do apartheid, o que provocou uma série de protestos de estudantes sul-africanos que saíram em sua defesa. Assim como Zora Hurston (Boyd 2004; Meisenhelder 2007), Mafeje também teve relações ambivalentes e conflitivas com as suas orientadoras acadêmicas (Nyoka 2017). Em diferentes situações e contextos, ambos sentiram e manifestaram o incômodo que a presença de pessoas negras causava às normas e ambientes acadêmicos. Mafeje devotou muitos esforços para refundar as Ciências Sociais no continente africano, sendo um dos principais articuladores da Codesria.¹⁰ Ao defender o fim da antropologia, ou ao menos da disciplina convencionalmente praticada desde o seu advento, apontou a necessidade de encerrar o projeto de colonização epistemológica dos países africanos e de abandonar o uso de conceitos como os de alteridade, tribo e tribalismo (Borges et al. 2015).

Sementes antirracistas

Após a primeira edição do curso na UFES, ofereci quatro edições na modalidade de extensão, sendo duas delas de maneira remota, passando a incluir outros autores negros e negras provenientes de diferentes países africanos e da diáspora. Na Universidade de São Paulo, foram duas edições no ano de 2019, em parceria com o Departamento de Antropologia, com um total de 140 pessoas inscritas.¹¹ Em 2021, em colaboração com a professora Denise da Costa e o Colegiado de Antropologia da UNILAB, campus dos Palmares, recebemos 1.681 pedidos de inscrição para a primeira edição online do curso. Entre as pessoas inscritas, a faixa etária variou dos 18 aos 70 anos de idade, com uma notável maioria de mulheres (66.7%) e de pessoas autodeclaradas pretas (57.2%) e pardas (23.4%). Inscreveram-se pessoas residentes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de residentes no exterior: Angola; Cabo Verde; Estados Unidos da América; Guiné-Bissau; México; Moçambique; Portugal; e Uruguai. 206 pessoas sem vínculo

¹⁰ Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África, <https://www.codesria.org/>

¹¹ [Vozes Negras na Antropologia](#), no mês de junho de 2019; e [Branco Sai, Preto Fica](#), entre os meses de outubro e dezembro do mesmo ano.

acadêmico também se inscreveram, a partir de diferentes regiões do país. Devido à elevada demanda, decidi ministrar as aulas através de um canal criado no Youtube e denominado [Vozes Negras](#), pois assim seria possível aceitar todas as matrículas sem as restrições de carácter técnico impostas pelos aplicativos de conferência virtual.

Cor - Raça

1.681 respostas

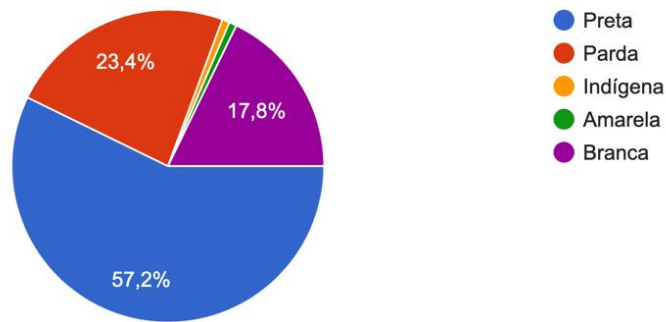


Gráfico 1: perfil étnico-racial das pessoas inscritas no curso da UNILAB, 2021.

Gênero

1.681 respostas

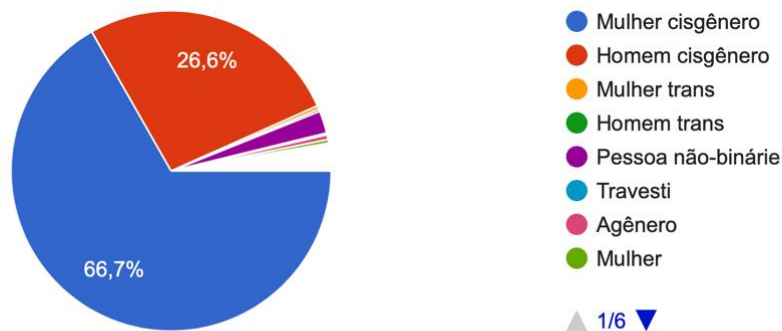


Gráfico 2: gênero autodeclarado pelas pessoas inscritas no curso da UNILAB, 2021.

Até o presente momento, o canal no Youtube conta com mais de 1.000 pessoas inscritas, enquanto os vídeos das aulas já tiveram cerca de 16.000 acessos e visualizações. A edição mais recente do curso também foi realizada de maneira remota, em parceria com o professor Rolf Malungo, da Universidade Federal Fluminense, e atendeu 50 estudantes de graduação e pós-graduação.

Cabe aqui um parêntese. Até hoje, a única oportunidade de oferecer a disciplina em uma instituição privada acabou sendo malsucedida. Desde o início da comunicação com a docente responsável pelo setor de extensão da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a FESP, notei uma atitude que vez ou outra ressurge no “interesse” ocasional de pessoas brancas que detêm o poder de decidir o que pode ou não ser dito ou incorporado como parte de uma atividade supostamente antirracista. São tantos os melindres e cuidados necessários à escolha das palavras e à redação das propostas que o custo-benefício da experiência simplesmente não vale a pena. Duvido, para dizer o mínimo, que docentes ilustres ou que trabalham com temas considerados clássicos tenham que passar por esse tipo de situação. Vejamos, abaixo, a proposta original e aquela que foi “aprovada” para divulgação na página da FESP na internet.

16 de setembro de 2019, 14h31.

Proposta original da ementa:

Os cursos universitários raramente se baseiam na leitura de autores negros. Desde os anos 2000, a legislação estabeleceu as novas diretrizes e bases da educação nacional, a fim de promover o estudo da história e da cultura de matriz africana. Porém, pouco tem sido feito nas instituições de ensino superior. As disciplinas e os conteúdos considerados obrigatórios não costumam abordar as obras de intelectuais negros e negros. Há quem diga que os clássicos (em sua maioria, homens brancos) são insubstituíveis. Com a outra face da mesma moeda, afirma-se que pessoas negras não estiveram presentes no período de formação das ciências modernas. Não surpreende, portanto, que uma parte fundamental da memória e da história científica e acadêmica seja alvo de um processo de “branqueamento”. A isto se soma o que Mariza Corrêa chamou de “notoriedade retrospectiva”: “o modo como o renome adquirido a partir de um certo momento pode iluminar a vida inteira de um personagem”, além de ofuscar a vida e a obra de tantos outros. Veja-se o caso do intelectual haitiano Joseph-

Anténor Firmin (1850-1911), que publicou no ano de 1885, em Paris, o seu “Discurso sobre a igualdade das raças”, no qual promove uma crítica pioneira e original às teorias racialistas do século XIX. Embora a obra de Firmin seja anterior aos primeiros escritos de Émile Durkheim (1858-1917), que é considerado o pai da sociologia, o nome do intelectual haitiano não costuma ser lembrado nas discussões sobre a origem das ciências sociais. Em suma, o curso visa apresentar a vida e a obra de intelectuais negras e negros que refletiram sobre a questão racial a partir de diferentes estilos, métodos e teorias antirracistas, em quatro países: África do Sul, Brasil, Estados Unidos e Haiti.

16 de setembro de 2019, 14h55.

Recebo o retorno da docente responsável pela extensão:

- Messias, posso te ligar? Me passa seu contato? Abraço.

Atendo o telefone:

- Então, Messias, não dá pra gente oferecer um curso que diz que a FESP é parte do problema, do jeito que você coloca na proposta. A gente está tentando oferecer a disciplina com o apoio da instituição, e não podemos acusar ou apontar o dedo para nós mesmos. Você pode, por favor, refazer o texto da proposta e reenviar o mais rápido possível? Obrigado.

16 de setembro de 2019, 15h29.

- Olá, dá uma olhada, por favor. Abraço, Messias.

17 de setembro de 2019, 13h35.

- Messias, ficou o que precisávamos. Obrigado.

Proposta reformulada e divulgada no site da instituição.

O curso tem como proposta apresentar as contribuições de intelectuais negras e negros pouco conhecidos do público acadêmico brasileiro, cujas obras têm sido redescobertas nos últimos anos. A partir de diferentes estilos, métodos e teorias, cada um desses intelectuais desenvolveu perspectivas antirracistas acerca de temas fundamentais às ciências humanas e ao estudo da questão racial: Archie Mafeje, na África do Sul; Manuel Querino, Edison Carneiro e Lélia González, no Brasil; Martin Delany, Zora Hurston e Katherine Dunham, nos Estados Unidos; e Joseph-Anténor Firmin, no Haiti.

14 de outubro de 2019, 14h29.

- Messias, tudo bem? Não chegamos ao número mínimo de alunos, mas estamos bem próximos.

Resumo da ópera.

O curso não foi oferecido em virtude de não ter atingido o número “mínimo” de pessoas pagantes.

Tendo em vista os percalços e situações narradas acima, o site vozesnegras.com foi criado justamente para reunir e disponibilizar, de maneira gratuita e em um único espaço, todas as referências e materiais relacionados aos cursos, assim como à vida e à obra dos antropólogos negros e negras neles estudados. A página conta com uma versão traduzida para o inglês, com o propósito de contribuir para a divulgação da iniciativa para um público ainda mais amplo. Iniciativas antirracistas semelhantes têm se inspirado no exemplo de *Vozes Negras na Antropologia*, como o *Ciclo de Debates do NUER 2022: Negras pretensões no fazer antropológico*, atividade coordenada por Alexandra Alencar e Francine Costa na Universidade Federal de Santa Catarina. No 33º encontro da Associação Brasileira de Antropologia, o projeto *Vozes Negras* recebeu os prêmios de “Melhor trabalho de ensino de antropologia no Brasil” e o “1º Prêmio de Divulgação Científica”, na categoria de melhor site.

A experiência docente nos cursos acima referidos tem sido complementada pela iniciativa de traduzir e disponibilizar, de maneira voluntária, versões em português de textos até então disponíveis apenas em idiomas estrangeiros, com propósito de democratizar o acesso aos mesmos.

DUNHAM, Katherine. 1979. “Carta aberta aos teatros negros”. *Black Scholar*, 10(10), p.3-6.

FIRMIN, Joseph Auguste Antenor. 1885/2002. “Prefácio” e “Antropologia como uma disciplina”. In: *A igualdade das raças: antropologia positiva*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, p. iii-ix, 1-14.

HURSTON, Zora Neale. 1950/2019. “O que os editores brancos não publicarão (Tradução) / Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais (Texto de apresentação - Messias Basques)”. *Ayé: Revista de Antropologia*, 1(1), p.102-111.

KENYATTA, Jomo. 1938/1961. “Prefácio” e “Conclusão”, In: *Facing Mount Kenya*, p.xv-xxi, 309-318.

PRICE-MARS, Jean. 1956. “Sobrevivências africanas e dinamismo da cultura negra através do Atlântico”. *Présence Africaine*, (8/10), p. 272-280.

PRICE-MARS, Jean. 1966. “A posição do Haiti e da cultura francesa na América”. *Journal of Inter-American Studies*, 8(1), p.44-53.

ZAPATA OLIVELLA, Manuel. 1988. “Negritude, indianidade e mestiçagem na América Latina”. *Présence Africaine*, (145), p.57-65.

Além do trabalho de tradução de textos utilizados nas aulas do curso, passei a me dedicar à revisão de traduções de obras desses autores, especialmente aquelas publicadas por Zora Neale Hurston. Por esse motivo, revisei e ofereci consultoria antropológica para o projeto de publicação de três de seus livros: *Seus olhos viam Deus* (2021); *Ohualê Kossola* (2021); e *Vocês não conhecem a nossa gente preta* (previsto para 2023), em parceria com a Editora Record. Fui ainda responsável pela elaboração da introdução à edição brasileira de *Ohualê Kossola*, situando a autora e o livro no cenário de redescoberta da obra de antropólogos negros e negras, cujas raízes se encontram nas reivindicações de estudantes negros que ingressaram no ensino superior nos últimos anos.

Atualmente, ocupo a posição de pesquisador visitante no Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americano da Universidade de Harvard, onde me dedico à redação do livro *Vozes negras: uma introdução antirracista à Antropologia*. O projeto consistirá na apresentação da vida e da obra de 14 antropólogos negros e negras, sendo os capítulos compostos pela descrição da trajetória pessoal e profissional dos autores e por um texto-chave de cada um deles. A iniciativa se inspira nas publicações previamente organizadas por Ira E. Harrison e Faye V. Harrison (1999) e Ira E. Harrison et al. (2018), mas pretende ampliá-las no sentido de abranger e incluir referências afro-latino-americanas e de países africanos no rol das contribuições de pessoas negras pioneiras na Antropologia.

Referências Bibliográficas

ASCHENBRENNER, J. 2002. *Katherine Dunham: dancing a life*. Chicago: University of Illinois Press.

BANKS, O. 2012. “Katherine Dunham: decolonizing Anthropology through african american dance pedagogy”. *Transforming Anthropology*, 20(2), p. 159-168.

- BASQUES, M. 2019. “Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais”. *Ayé - Revista de Antropologia*, 1(1), p.102-105.
- BASQUES, M. 2020. “Diários de antropologia griô: etnografia e literatura na obra de Zora Hurston”. *Revista Antropológicas*, 30(2), p.316-326.
- BORGES, A., COSTA, A. C., COUTO, G. B., CIRNE, M., LIMA, N., VIANA, T., & PATERNIANI, S. 2015. “Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa”. *Sociedade e Estado*, 30(2), p.347-369.
- BOYD, V. 2004. *Wrapped in rainbows: the life of Zora Neale Hurston*. New York: Lisa Drew Books/Scribner.
- CARNEIRO, E. 1948. *Candomblés da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado/Bahia.
- CARNEIRO, E. 1958. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CARNEIRO, E. 1968. “O negro como objeto de ciência”. *Afro-Ásia*, n. 6-7.
- CORREIA, M. 2009. “A natureza imaginária do gênero na história da antropologia”. *Revista Cadernos Pagu*, (5), p. 109-130.
- DEE DAS, J. 2017. *Katherine Dunham: dance and the african diaspora*. New York: Oxford University Press.
- DU BOIS, W.E.B. 1926. “Krigwa Players Little Negro Theatre. The Story of a Little Theatre Movement”, *The Crisis*, 32.
- DUNHAM, K. 1979. “Open letter to Black Theaters”. *The Black Scholar*, 10(10), July/August, p. 3-6.
- DUNHAM, K. 1985. “Excerpts from the Dances of Haiti: Function”. *Journal of Black Studies*, 15(4), p. 357-379.
- FIRMIN, J.-A. 1885/2002. *The equality of the human races*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press. Tradução de Asselin Charles.
- FLUEHR-LOBBAN, C. 2000. “Anténor Firmin: Haitian Pioneer of Anthropology”. *American Anthropologist*, 102(3), p. 449-466.
- FLUEHR-LOBBAN, C. 2005. “Anténor Firmin and Haiti’s contribution to Anthropology”. *Gradhiva*.

- GILROY, P. 2001. “Martin Delany e a instituição da pátria”. In: *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, p.65-82.
- GONZALEZ, L. 1984. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244.
- GONZALEZ, L. 2011. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n.1.
- HARRISON, I. E.; HARRISON, F.V. 1999. *African American Pioneers in Anthropology*. Chicago: University of Illinois Press.
- HARRISON, I. E.; JOHNSON-SIMON, D.; WILLIAMS, E.L. 2018. *The Second Generation of African American Pioneers in Anthropology*. Chicago: University of Illinois Press.
- HURSTON, Z. N. 1931/2021. *Olualê Kossola*. Rio de Janeiro: Record.
- HURSTON, Z. N. 1935/1990. *Mules And Men*. New York: Harper Perennial.
- HURSTON, Z. N. 1937/2021. *Seus olhos viam Deus*. Rio de Janeiro: Record.
- HURSTON, Z. N. 1938/1990. *Tell my horse: voodoo and life in Haiti and Jamaica*. New York: Harper Perennial.
- HURSTON, Z. N. 1942/1996. *Dust tracks on a road*. New York: Harper Perennial.
- HURSTON, Z. N. 1943. “The ‘pet negro’ system”. *American Mercury*, 56, p. 593-600.
- HURSTON, Z. N. 1950. “What white publishers won’t print”. In Napier, W. (Org.). *African American Literary Theory: a reader*. New York: NYU Press, p.54-57.
- HURSTON, Z. N. 2018. *Barracoon: the story of the last ‘black cargo’*. New York: Amistad.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2020. *Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente*. Texto para discussão.
- KILOMBA, G. 2008/2019. “Quem Pode Falar?” In: *Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, p. 47-69. Tradução de Jess Oliveira.

- MAFEJE, A. 1971. "The ideology of tribalism". *The Journal of Modern African Studies*, 9(2), p. 253-261.
- MAFEJE, A. 1991. *The theory and ethnography of African social formations. The case of the interlacustrine kingdoms*. London: Codesria Book Series.
- MAFEJE, A. 2008. "A commentary on Anthropology and Africa". *Codesria Bulletin*, 3(4), p.88-94.
- MEISENHELDER, S. 2007. "Conflict and resistance in Zora Neale Hurston's Mules and Men". In Bloom, H. (Ed.). *Zora Neale Hurston - Bloom's modern critical views*, p.105-130. New York: Bloom's Literary Criticism.
- MULLINGS, L. 2013. "Interrogando el racismo: hacia una antropología antirracista". *Revista CS*, v.12, p.325-374.
- NYOKA, B. 2017. *Archie Mafeje: an intellectual biography*. Doctoral Thesis. University of South Africa.
- PRICE, R., PRICE, S. 2003. *The root of roots: or, how afro-American Anthropology got its start*. Chicago: Prickly Paradigm Press.
- QUERINO, M. 1918. "O colono preto como fator da civilização brasileira". *Afro-Ásia*,13, 1980.
- RATTS, A., Rios, F. 2010. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro.
- RATTS, A. 2006. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- ROSSI, G. 2015. *O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp.

Enviado: 31/10/2022

Aceito: 06/12/2022